

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

***SERVIÇO PÚBLICO
E CONCESSÃO
DE SERVIÇO PÚBLICO***

SERVIÇO PÚBLICO E CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

© CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Composição: PC Editorial Ltda.

*Capa
Criação: Vânia Lúcia Amato
Arte: PC Editorial Ltda.*

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
06.2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mello, Celso Antônio Bandeira de.
Serviço público e concessão de serviço público / Celso Antônio
M527s Bandeira de Mello. – São Paulo : Malheiros, 2017.
128 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-392-0373-4

1. Concessões administrativas - Brasil. 2. Serviço público - Brasil
I. Título.

CDU 35.078.6(81)
CDD 342.8106

Índice para catálogo sistemático:

1. Concessões administrativas : Brasil 35.078.6(81)
(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

1100071

SUMÁRIO

1ª PARTE

SERVIÇO PÚBLICO: ORIGEM E EVOLUÇÃO

1. Noções Gerais	13
2. O Serviço Público na França	14
3. A Escola do Serviço Público	18
4. Duguit e o Serviço Público	20
5. A Concepção de Bonnard	26
6. O Pensamento de Jèze	29
7. As Várias Acepções de Serviço Público	33
8. Serviço Público em Sentido Subjetivo	34
9. Sentido Objetivo ou Material de Serviço Público	35
10. Acepção Formal de Serviço Público	38
11. Relações entre os Vários Conceitos – A Noção Tradicional de Serviço Público	43
12. As Espécies de Serviço Público no Direito Administrativo Fran- cês	45
13. A Chamada “Crise” da Noção de Serviço Público (Primeira Cri- se)	47
14. A Verdadeira Problemática em Torno da Noção de Serviço Pú- blico no Direito Francês	50
15. A Dualidade da Noção de Serviço Público	54
16. Impossibilidade de uma Definição Não Formal de Serviço Pú- blico – As Falsas “Crises”	56
17. A Segunda Crise da Noção de Serviço Público	59
18. O Conceito Jurídico de Serviço Público	63

2ª PARTE

SERVIÇO PÚBLICO
E SUA FEIÇÃO CONSTITUCIONAL NO BRASIL

19. Pressupostos Metodológicos do Conceito de Serviço Público	67
20. Serviço Público: Substrato Material e Elemento Formal	71
21. Os Requisitos da Noção de Serviço Público	75
22. Conceito de Serviço Público	81
23. Regime Jurídico do Serviço Público: os Princípios do Serviço Público	82
24. Titularidade Exclusiva do Serviço Público e Titularidade Não Exclusiva	86
25. Titularidade do Serviço e Titularidade da Prestação	87
26. Imposição Constitucional quanto aos Serviços Públicos no Brasil	88
26.1 Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado .	89
26.2 Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade	89
26.3 Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder	89
26.4 Serviços que o Estado tem apenas o dever de promover a prestação	90
27. Os Serviços Públicos e a Dubiedade da Expressão “Autorização” na Constituição	91

3ª PARTE

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

28. Conceito e Natureza	95
29. Poderes do Concedente	101
30. Os Direitos do Concessionário	105
31. Direitos do Usuário	107
32. Permissões de Serviço Público	110
33. As Parcerias Público-Privadas	114
33.1 Requisitos: valor e prazo	117
33.2 Benefícios e garantias outorgáveis aos parceiros privados	117

SUMÁRIO

9

33.3	<i>Garantias aos financiadores do parceiro privado</i>	119
33.4	<i>As inconstitucionalidades da Lei das PPPs</i>	119
33.5	<i>Fundos especiais</i>	120
<i>Bibliografia</i>		123